



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640256 - SP (2021/0014231-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : LETICIA DE CARVALHO COSTA TAMURA
ADVOGADO : LETÍCIA DE CARVALHO COSTA TAMURA - SP431677
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HUGO MURILO CHIMELO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HUGO MURILO CHIMELO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução n. 0003960-89.2020.8.26.0154).

O paciente foi condenado pela prática do crime de tráfico de drogas e é reincidente em crime comum, tendo sido deferido pelo Juiz da execução o cálculo para o deferimento de benefícios da execução com base no percentual de 40% da reprimenda.

Inconformado, o órgão ministerial interpôs agravo em execução perante o Tribunal estadual, que deu provimento a insurgência para aplicar o percentual de 60%, nos termos do art. 112, inciso VII, da Lei de Execuções Penais.

A impetrante alega que o sentenciado não é reincidente específico em crimes hediondos ou a eles equiparados e, assim, deve-se descontar 40% de sua pena, para que possa ser progredido ao regime menos gravoso.

Requer, liminarmente e no mérito, a correção do cálculo de penas para constar o prazo de 40% para progressão de regime prisional, nos termos da nova redação do art. 112, V, da Lei de Execução Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência